

## O príncipe ideal do *Panegírico do Rei Dom João III*, de João de Barros

Raeltom Santos Munizo<sup>1</sup>, Flávio Antônio Fernandes Reis<sup>2</sup>

1. Discente de Letras Vernáculas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; \*munizo\_raeltom@hotmail.com

2. Dr. Prof./ Orientador/ Depto.de Estudos Linguísticos e Literários, DELL- UESB

Palavras Chave: *Panegírico*, *príncipe*, *virtudes*.

### Introdução

O *Panegírico do Rei Dom João III* é um longo discurso oratório e encomiástico, composto pelo letrado João de Barros no século XVI e que foi proferido ao Dom João III numa data comemorativa. Esse panegírico foi formulado com base em preceitos retórico-poéticos, morais, doutrinários, políticos e teológicos, cuja finalidade era, além de louvar e engrandecer o monarca lusitano por meio de sua comparação com os ilustres imperadores cristãos e romanos, figurar o príncipe como um exemplo de cortesão para o proveito dos homens nobres.

Esse trabalho, portanto, tem por objetivo, abordar as virtudes que constituem o caractere agente desse panegírico quinhentista como um modelo de príncipe excelente.

### Resultados e Discussão

A constituição da imagem do príncipe no discurso panegírico como um exemplo de homem nobre, justo, prudente, corajoso e discreto, evidencia as principais virtudes que a sociedade portuguesa do XVI julgava ideais para um rei. Tendo em vista tais pressupostos, os resultados sobre a figuração do príncipe excelente no *Panegírico do Rei D. João III*, de João de Barros, foram obtidos através da leitura de partes da obra, nas quais nota-se uma referência aos códigos de condutas prescritos em tratados éticos e morais que um monarca deve ter para ser considerado como um modelo e exemplo para a sociedade de corte daquele período.

A justiça é apontada pelo orador como a principal virtude que um bom governante deve prezar, pois, de certo modo, ela é a soma de todas as virtudes. Sendo assim, um rei justo sabe ajuizar a melhor forma de governar um Estado, porque ele age de forma lícita e não como um transgressor das leis; um príncipe justo também sabe escolher homens letrados e competentes para ocuparem funções públicas, assim como distribuir de modo proporcional os bens a seus súditos. Dom João III, como argumenta o orador, possui todas as características do tipo justo, porque, sabendo ele que a justiça estabelece a paz, seu governo tem por principal objetivo, manter seu reino em ordem e tranquilidade.

A discrição, assim como a prudência, é outra disposição que o caractere agente do encomio possui, pois ele consegue discernir, através de seu engenho, o modo decoroso de se comportar num determinado meio, por isso, “[...] o discreto é aquele capaz de produzir aparências adequadas, porque tem o juízo [...]” (HANSEN, 1996, p. 79). O rei D. João III é figurado como um homem discreto e prudente, porque este analisa o meio ao qual se encontra, a fim de agir de maneira conveniente e não de forma vulgar. Além disso, vale acrescentar que os reis por serem vistos como tipos sociais movidos pela razão e não pela paixão, jamais deveriam, em público, “[...] exprimir a

dor que sentiam, sendo, por isso, obrigados a dissimulá-la [...]” (COUTO, 2000, p. 59).

A coragem é uma virtude normalmente associada a feitos bélicos, assim como a fortaleza, já que, segundo as ideias abordadas por Aristóteles na *Ética a Nicômaco* (2009), as virtudes são evidenciadas pela sua prática, por isso, um príncipe deve demonstrar coragem e fortaleza principalmente em campos de batalhas e guerras. A representação do príncipe ideal no panegírico de João de Barros apresenta o rei lusitano como um herói, que desde muito jovem foi treinado como guerreiro, para que futuramente possa empenhar-se em proteger sua pátria com sua própria espada e força.

Para figurar o D. João III como um monarca virtuoso, o orador do encômio procurou compará-lo com os ilustres imperadores greco-romanos e reis cristãos, aos quais é semelhante, com o objetivo de demonstrar que o encomiado se equipara ou supera o valor, as ações e o *ethos* deles.

### Conclusões

O panegírico, portanto, é um tipo de oração laudatória muito praticada no século XVI, na qual se representava o caráter de uma pessoa excelente. Destarte, os objetivos desse tipo de discurso encomiástico eram celebrar as virtudes de alguém tido como ilustre, deleitar o público que testemunhava o louvor e também figurar o encomiado como um modelo de pessoa virtuosa, digna de ser emulada pela nobreza. Então, o *Panegírico do Rei D. João III*, de João de Barros, era um discurso útil, porque visava a fins doutrinários como, por exemplo, aconselhar o próprio Dom João III sobre a melhor forma de governar e adquirir a admiração de seus súditos, por meio dos exemplos de imperadores, cuja memória de seus feitos e valores está inscrita nos anais da história. Enfim, o encomiado é considerado pelo orador como um príncipe ideal, porque possui virtudes que são evidenciadas por suas ações.

### Agradecimentos

Agradeço a Fapesb pelo apoio financeiro.

Agradeço ainda a UESB, universidade na qual estudo e desenvolvo pesquisas.

A Flávio Antônio Fernandes Reis, pela orientação concedida.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 3. ed. 2009.

COUTO, Aires do. *Panegíricos de D. João III de dois Humanistas de Quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes*. In: *Máthesis*, n. 9, p. 37-68, 2000.

HANSEN, João Adolfo. O discreto. In: Aduino Novais (org.). *Libertinos libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.77-102.